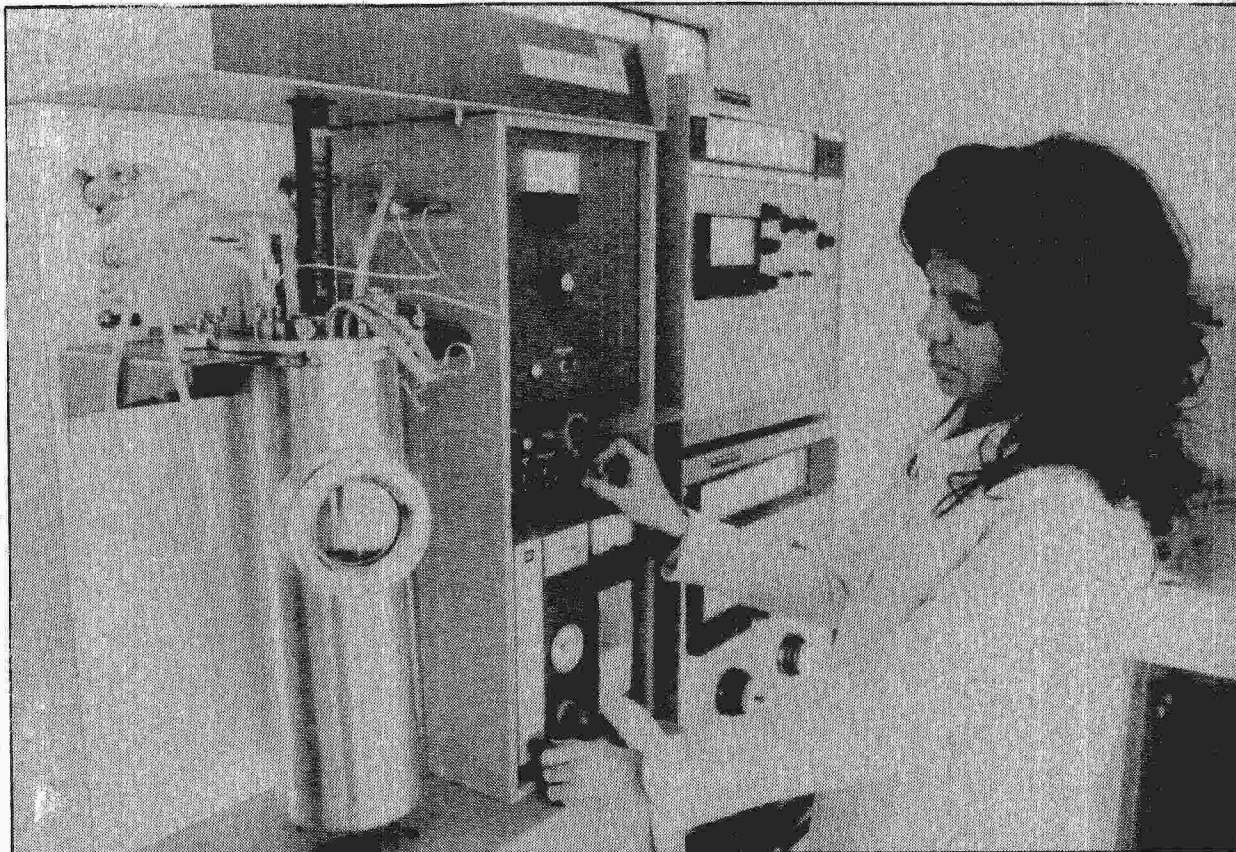




A pesquisadora Eliana Roxo (acima) e os contrastes do Instituto Biológico: à esquerda, o rudimentar "banho-maria", em uso. À direita, equipamento moderno, encostado.

Falta tudo para institutos que pesquisam saúde e pecuária

Em condições precárias, Butantan e Biológico estão produzindo cada vez menos. Reportagem de Luiz Maklouf Carvalho, última da série.

Uma base arredondada de cobre, uma cuba de porcelana branca e um ventilador com pelo menos 20 anos de uso. É com esse equipamento rudimentar — que funciona como um banho-maria — que o Estado de São Paulo vem produzindo um dos mais importantes medicamentos para a detecção da tuberculose bovina, uma doença endêmica que dá muita preocupação aos criadores de gado. Pode parecer absurdo até para um estudante de Biologia do segundo grau, mas o banho-maria ornamenta e, ou, envergonha um dos mais prestigiados centros de pesquisa do Estado — o Instituto Biológico, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento — e dá bem a medida da situação precária que ele vem enfrentando nos últimos anos. A maioria dos equipamentos científicos é obsoleta ou carece de manutenção, os serviços de atendimento ao público estão virtualmente paralisados, os salários estão muito defasados (inclusive em relação a outros órgãos do Estado) e há uma falta gritante de pessoal.

"O banho-maria é o símbolo do que vem acontecendo com o Biológico", diz, desolada, a médica veterinária e pesquisadora científica Eliana Roxo, 29 anos, há seis na instituição, onde é chefe da Seção de Patologia Clínica — justamente a que abriga a indigitada relíquia. Eliana é a responsável pela pesquisa e pela produção dos dois antígenos que ajudam os produtores rurais a descobrir se o gado está com tuberculose ou com brucelose. O banho-maria participa da fase final de produção da tuberculina mamífera — condensando-a —, depois de um processo que leva seis meses para materializar um litro com 10 mil doses. O resultado — com evidentes prejuízos para a pecuária do Estado — é uma produção irrisória, que a cada ano despenca ladeira abaixo: foram 600 mil doses em 1987, 178 mil em 1988, 82 mil em 1989 e miseráveis 27 mil até a data de hoje. No caso da brucelose o quadro é ainda mais grave: a produção do antígeno está simplesmente parada, porque estão quebradas as cinco bombas de vácuo do laboratório. As 345 mil doses que foram produzidas em 1987, não passarão de 150 mil este ano. Não custa lembrar que o rebanho brasileiro tem 130 milhões de cabeças e que o uso dos antígenos é essencialmente prático: a lei exige atestado dos testes para transporte do gado e para a comercialização dos leites A e B.

Perigo

Há mais: próximo da sala "decorada" pelo banho-maria, um outro aparelho, há muito sem manutenção, arrisca a saúde de quem o manipula. É uma espécie de caixa retangular com fórmica e vidro, onde o pesquisador manipula as lâminas com o bacilo da tuberculose, no processo de produção do antígeno. Além de ser uma coisa completamente ultrapassada, ele está com os vidros quebrados e com o motor queimado, sem condições de segurança para ser operado. Nem tudo são espinhos — imagina-se — quando se entra no prédio mal conservado (como todos os outros) do Laboratório para diagnóstico de Brucelose: ali, já montados ou ainda em caixotes de madeira estão equipamentos modernos, recebidos da Alemanha em função de um convênio com o governo do Estado. São esterilizadores e fermentadores automáticos, que fariam em uma semana o que o banho-maria faz em 45 dias e poderiam produzir semanalmente uma partida (60 mil doses) dos antígenos. Detalhe: o laboratório está fechado há cinco anos e não há pesquisadores suficientes para operar os equipamentos. A Seção de Patologia Clínica deveria ter pelo menos mais quatro pesquisadores, sem falar o pessoal de apoio, mas Eliana carrega o fardo praticamente sozinha.

"A situação está insustentável", diz o engenheiro agrônomo Aldir Alves Teixei-

ra, pesquisador nível 6 (o mais alto da carreira) do Biológico e presidente da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo. Com 35 anos de ser-

viço público, Aldir afirma nunca ter visto uma crise tão profunda nos institutos de pesquisa do Estado. "Os salários baixos e falta de equiparação com outros órgãos do

mesmo Estado estão provocando uma taxa de evasão entre 15 e 20% do pessoal dos institutos", diz ele, reclamando das dificuldades que o governador Orestes Quér-

cia está colocando para o diálogo com a categoria. Desde o último dia 13 o secretário estadual da Administração, José Tiacci Kirsten, não deu qualquer resposta ao pedido de audiência que recebeu da APQC. "O governo está empurrando a pesquisa com a barriga porque ela não dá o ibope que dá uma estrada ou um carro da polícia", diz Teixeira.

Com os outros 16 institutos de pesquisa, o Biológico também reduziu suas atividades ao ritmo de uma operação tartaruga. Este ano, por exemplo, o atendimento ao público não chegará à metade do índice do ano passado: 48 mil consultas na área de saúde animal e vegetal. Também por falta de apoio 25 projetos de pesquisa estão interrompidos. "O salário do pessoal de apoio não está dando nem para pagar a condução", diz Teixeira. Um auxiliar de serviços está ganhando este mês o máximo de Cr\$ 11.773,47.

Outra divisão carente de apoio é a de defensivos agrícolas — e, particularmente, a seção de resíduos —, justamente a que presta serviços da maior importância para o público, como o exame de resíduos de inseticidas em frutas e hortaliças comercializadas no Ceagesp ou destinadas à exportação. Semanalmente o Biológico analisa quatro frutas e quatro hortaliças de época, escolhidas aleatoriamente. Se a presença de inseticidas é detectada, há uma rede de controle que chega até o produtor, para adverti-lo ou orientá-lo.

Limitação

O problema é que os equipamentos de análise estão ultrapassados há muitos anos — como um cromatógrafo de fase gasosa que especifica a quantidade e o tipo de inseticida, desde que eles sejam clorados (de cloro) ou fosforados (de fósforo). "Agrotóxicos que têm outra composição ele não é capaz de identificar", explica um funcionário que prefere não se identificar. A seção de resíduos trabalha com dois pesquisadores e três técnicos de laboratório — dois deles em vésperas de aposentadoria. A chefe da Divisão de Defensivos Agrícolas, a pesquisadora e engenheira agrônoma Marilena Ferreira da Silva, também se preocupa com a limitação técnica dos equipamentos responsáveis pelo controle e pela qualidade da formulação de defensivos agrícolas. Esses produtos precisam do aval do Biológico para ter a patente aprovada pelo Ministério da Agricultura. "Os nossos aparelhos não têm condições de identificar todos os elementos químicos que constam das formulações", diz a pesquisadora. "Nós não temos condições para acompanhar a evolução da indústria química."

O sucateamento do Instituto Biológico fica ainda mais evidente quando se examina sua distribuição pelo Estado: duas estações experimentais (em Presidente Prudente e Campinas) e dez laboratórios regionais. "O pessoal é insuficiente, os veículos são poucos e precários, a verba de manutenção é ridícula — e isso provoca um desânimo muito grande", diz o médico veterinário Nelson Fernandes, há 29 anos no Biológico, pesquisador nível 6, diretor de Divisão de Laboratórios. Cada um deles — em Araçatuba, Bauri, Marília, Pindamonhangaba, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba e Bastos — deveria ter entre 15 e 20 funcionários, com dois veterinários e dois agrônomos cada um. "Hoje nós não temos nem 100 pessoas", diz Nelson Fernandes. O Laboratório de Patologia Avícola de Bastos — a "capital do ovo" — é o que está em pior situação: conta apenas com um veterinário e um auxiliar de serviço, e não tem sequer um veículo. "Os laboratórios deveriam ser uma alavanca para o desenvolvimento regional — só que os parafusos estão soltos e ela está sem impulso", define Nelson.